

Para Andima, dívida é de 37,8 trilhões

**RIO
AGÊNCIA ESTADO**

A dívida interna contraída pelo governo para cobrir o déficit público, mediante emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) com cláusulas de correção monetária e cambial, totaliza Cr\$ 37,8 trilhões (em cruzeiros de hoje), sendo que 58% desse total, correspondendo a Cr\$ 22,1 trilhões, terão de ser resgatados em 1985 ou transferidos para pagamento futuro.

Os números sobre a dívida foram divulgados ontem pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), cujo presidente, Carlos Brandão, destacou que eles se referem à dívida pública constituída pela compra voluntária de ORTN, por parte das instituições financeiras. Nela não está incluída a parte de ORTN adquiridas por essas instituições de forma compulsória. O total em ORTN deve ser acrescido do valor de Cr\$ 1,8 trilhão representado pela colocação, pelo Banco Central, de Letras do Tesouro Nacional (LTN).

O próximo governo enfrentará, a partir de março de 1985, o problema de resgatar ou rolar a maior parte da dívida pública formada pela administração Figueiredo. De março até dezembro de 1985, é de Cr\$ 20,3 trilhões o total dos resgates previstos para as ORTN de dois e cinco anos de prazo de vencimento, que terão de ser pagas pelo Banco Central ou, então, trocadas por outros títulos com vencimentos posteriores.

"ADMINISTRÁVEL"

Apesar da grande concentração dos resgates de ORTN em 1985, o presidente da Andima considera que a dívida pública é "perfeitamente administrável" a curto prazo, desde que o governo infunda confiança ao investidor, sem alterar as regras vigentes no mercado financeiro, principalmente quanto à rentabilidade dos títulos públicos.

Segundo o presidente da Andima, os números por ele divulgados, referentes às ORTN adquiridas voluntariamente pelas instituições financeiras, correspondem de fato à dívida pública, não sendo, portanto, exatos os cálculos de alguns economistas, de que a dívida chega a cerca de Cr\$ 100 trilhões. Brandão entende que os títulos em poder do Banco Central, desde que não adquiridos espontaneamente pelas instituições, não podem ser incluídos na classificação de dívida pública.

Ele também manifestou a convicção de que a dívida pública representada pela colocação de títulos continuará sendo uma alternativa válida para evitar emissões inflacionárias. "É um sonho pensar-se que o orçamento federal será equilibrado nos próximos quatro anos", disse, acrescentando que aumentar impostos, tomar empréstimos externos ou emitir papel-moeda poderiam substituir a emissão e colocação de títulos pelo governo, mas com desvantagens muito grandes quanto à aceleração da inflação.